



António Simas Santos

## Uma emergência nacional: a Democracia está em xeque

A primeira volta das eleições presidenciais de 19 de janeiro deixou uma marca profunda na política portuguesa. André Ventura, líder do Chega, conquistou 23,5% dos votos, arrebatando o segundo lugar no bastião histórico do PSD - a Madeira - onde venceu com 33,4%.

Estes números espelham uma realidade incontornável: a extrema-direita está a consolidar-se como força política estruturante em Portugal. Contudo, o mais preocupante não foi o resultado de Ventura, mas a resposta “institucional” que proferiu na noite eleitoral e em que se arvorou em líder da direita portuguesa.

Luís Montenegro, primeiro-ministro e presidente do PSD, optou por não emitir qualquer indicação de voto para a segunda volta, refugiando-se numa neutralidade artificial que soa, verdadeiramente, a indiferença democrática. Afirmando, com toda a naturalidade, que o PSD “não emitirá nenhuma indicação” porque António José Seguro e Ventura representam “espaços políticos diferentes” do seu partido.

Uma democracia verdadeira não pode permitir-se a este luxo de ambiguidade.

Há situações em que a neutralidade é uma capitulação moral. Montenegro sentou-se em cima do muro, quando este está em brasa. A escolha entre um político moderado que reafirma os valores constitucionais e um líder de extrema-direita que questiona o pluralismo democrático não é uma escolha entre duas cores políticas equivalentes - é uma escolha entre dois modelos de sociedade fundamentalmente diferentes.

*“Entre a democracia e aqueles que atentam contra a democracia não pode haver neutralidade política.”* Esta deverá ser a posição que um Estado de direito deve exigir de qualquer força política responsável. Montenegro, ao preferir não escolher, está implicitamente a legitimar a ascensão de um partido (?) antide-mocrático e antiliberal que não passa da versão tuga do famigerado trumpismo que espalha a discordia e espezinha as liberdades fundamentais, aos olhos de toda a gente.

Se André Ventura conseguir ultrapassar os 31,21% da AD em 2025, embora não ganhando a eleição, irá, inevitavelmente, exigir novas eleições legislativas. Abrindo uma crise política, que é tudo aquilo que Montenegro e a AD não preci-

sam, mas que não terão maneira de evitar e que irá pôr este país a ferro e fogo.

Num cenário de um Presidente da República do Chega e um Governo do PSD/CDS, as tensões institucionais que já caracterizam a atual relação entre executivo, parlamento e tribunal constitucional intensificariam-se exponencialmente e estaria aberta uma situação de conflito institucional, em tudo semelhante, à que se vive nos Estados Unidos.

Em qualquer desses cenários, Portugal chegaria a um ponto de fragmentação política insolúvel. A dissolução do parlamento tornar-se-ia uma possibilidade real, não por falha do sistema, mas por *design* radical de um presidente hostil às instituições que o cercam.

O objectivo de André Ventura é o poder absoluto, puro e duro. Ponto final, parágrafo.

O Estado de direito não é uma abstração constitucional. É o fundamento sobre o qual se ergue a liberdade de expressão, a igualdade perante a lei, a independência dos tribunais e a rotatividade do poder. Quando Montenegro se recusa a defender explicitamente estes princípios num momento crítico, envia uma mensagem clara: a defesa da democracia é negociável e subordinada a cálculos de interesse partidário.

A hipocrisia de Montenegro reside precisamente aqui, ele governa em nome da defesa da ordem constitucional, mas recusa-se a nomeá-la como tal quando enfrenta uma ameaça real. Isto não é prudência política. É covardia institucional. Que se torna, ainda mais, incompreensível quando um número significativo de quadros e individualidades ligadas ao PSD já vieram, publicamente, manifestar o seu voto na democracia e na liberdade.

Na segunda volta, em 8 de fevereiro, os portugueses terão uma escolha clara. Cabendo a todos líderes responsáveis o dever cívico de deixar cristalino qual é o lado que entendem correto nessa escolha. Não se conseguindo perceber como algum cidadão democrata e amante da liberdade possa ter outra posição que não seja, inequivocamente, defender o estado de direito e o legado do 25 de Abril.

A História ensina-nos o que aconteceu aos líderes moderados que contemporanearam com políticos autocráticos. Sendo conveniente, também, recordar que Adolfo Hitler chegou ao poder através de eleições democráticas.



Vénio da Costa Ponte \*

## O Caminho do Voto Crítico

Como decide o eleitor liberal quando o seu projeto não está no boletim de voto?

A primeira volta das presidenciais de 2026 deixou uma mensagem clara. João Cotrim de Figueiredo, com os seus 16%, mostrou que há uma fatia importante de Portugal que deseja reformas e uma nova atitude política. No entanto, o desfecho eleitoral colocou-nos perante uma escolha que, para muitos de nós, é difícil e cinzenta: António José Seguro contra André Ventura.

Para quem defende a Iniciativa Liberal, e especialmente para nós nos Açores, este não é um momento de certezas absolutas, mas de reflexão. A autonomia ensinou-nos que a política é a arte do equilíbrio e do respeito institucional, e é sob esse prisma que devemos olhar para esta segunda volta.

António José Seguro é um rosto familiar do sistema político. Representa uma visão de Estado mais presente e intervintiva, que embora procure a estabilidade e a moderação, acaba muitas vezes por ser um travão às reformas profundas de que acreditamos que o país precisa. Votar em Seguro não é necessariamente concordar com o seu modelo económico — que tantas vezes cria soluções pesadas, como vimos na complexidade do subsídio de mobilidade — mas sim reconhecer nele um perfil institucional previsível e respeitador das regras do jogo.

Por outro lado, André Ventura personifica a vontade de rotura e o protesto de

muitos portugueses. O seu projeto assenta numa crítica forte ao *status quo*, mas traz consigo uma imprevisibilidade que nos faz hesitar. Para um liberal, o estilo de confronto e a retórica de polarização são difíceis de digerir, pois acreditamos que a democracia se constrói com argumentos e não com muros. O risco aqui não é a mudança em si, mas a forma como essa mudança pode afetar a serenidade das nossas instituições e as relações de equilíbrio que tanto prezamos.

Nesta segunda volta, a questão deixa de ser sobre “o candidato ideal” e passa a ser sobre “o modelo de convivência democrática”. Os liberais distinguem-se pela capacidade de análise crítica e pela recusa em ver a política apenas a preto e branco.

A 8 de fevereiro, cabe a cada um decidir, em consciência, que caminho oferece menos riscos à nossa liberdade de continuar a lutar pelo que acreditamos. Entre um modelo que conhecemos bem, com todas as suas limitações, e um modelo novo que nos suscita dúvidas sobre a estabilidade futura, não há escolhas certas ou erradas. Há apenas a responsabilidade de votar naquele que, no nosso entendimento, menos nos afasta do Portugal moderno e aberto que João Cotrim de Figueiredo tão bem representou.

\* Vice Coordenador IL Açores